

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

## ESTADO DE RONDÔNIA Assembléis Legislativa

15 FEV 2007

GOVERNADORIA

MENSAGEM № 009, DE 15 DE JANEIRO DE 2007

ACCEPTAGE TO ACCEP

Processo\_\_\_\_\_

EXCELENTISSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLAT

Com amparo no artigo 42, § 1º, da Constituição do Estado, impõe-se-me o dever de informar a Vossas Excelências, que vetei totalmente o Projeto de Lei Complementar de iniciativa dessa augusta Assembléia Legislativa, o qual "Autoriza o Poder Executivo a conceder Adicional de Insalubridade. Periculosidade ou por Atividades Penosas, aos integrantes da carreira de Militares do Estado, na função de Guarda, nas Unidades Prisionais do Sistema Penitenciário Estadual", encaminhado a este Executivo com a Mensagem nº 203/2006, de 20 de dezembro de 2006.

Senhores Deputados, nos últimos anos a utilização de Policiais Militares nas instituições prisionais do Estado de Rondônia tem sido cada dia mais importante para a segurança do sistema, da sociedade e garantia de direitos dos presos, visto que não possuímos número suficiente de Agentes Penitenciários para atender a demanda do serviço.

É tamanha a importância do serviços de guarda dos presídios, que a Polícia Militar, por falta de efetivo vem convocando Militares da reserva remunerada para exercer essa atividade.

A atividade de guarda de presídio é de alta responsabilidade, causando desgastes e fadiga aos policiais que nela trabalham, sendo também um local de risco de vida e na maioria das vezes insalubre, trazendo com o tempo sequelas para a saúde dos Policiais, visto que varias propostas e sugestões tem sido apresentadas e discutidas sempre objetivando minorar esta questão tão crucial.

É louvável a iniciativa deste Poder Legislativo, que neste caso em apreciação, observa-se a preocupação do legislador em oferecer mais este incentívo em tentar compensar o esforço e abnegação dos Militares que trabalham neste estafante serviço de guarda, sob as intempéries do clima amazônico e adversidades dos locais, que muitas vezes não oferecem as instalações propicias ao trabalho de guarda.

Porém, tenho que atender para o fato de estarmos tratando de servidores militares do Estado, portanto, com lei de remuneração própria que dispõe sobre a remuneração dos integrantes da carreira de Militares do Estado - Lei nº 1063, de 10 de abril de 2002 - que também define em seu artigo 19 as atividades especiais ou insalubres destinadas a compensar os desgastes orgânicos como citamos abaixo os incisos contidos na lei:

I – mergulho com escafandro ou aparelho;

II - contato constante com substância tóxica ou radioativa; e

III – trabalho com adestramento e acompanhamento de animais.

Ocorre que o Projeto de Lei Complementar colocado em apreçiação, que autoriza o Poder Executivo a conceder Adicional de Insalubridade, Periculosidade ou por Atividades Penosas, aos integrantes da carreira de Militares do Estado, na função de Guarda, nas Unidades Prisionais do Sistema Penitenciário Estadual, usa as prerrogativas da Lei Complementar nº 68, nos termos do seu artigo 88 &





## GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA GOVERNADORIA

que poderá ser argüida por quem de direito, inclusive também outras pessoas ou instituições que disponham de legitimidade para atacar a sua validade constitucional, como o Ministério Público.

Por outro lado, a inconstitucionalidade também é material, pois a já referida Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no parágrafo único, do artigo 21, assim determina:

"Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento de despesa com pessoal e não atenda:

1 – as exigências dos artigos 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII, do artigo 37 e no § 1°, do art. 169, da Constituição;

H – o limite legal de comprometimento aplicados às despesas com pessoal inativo.

- Parágrafo único: Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20".

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, consequentemente, com a pronta aprovação do mencionado veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

IVO NARCISO CASOL Governagoo